



CASA DA MULHER BRASILEIRA: UM NOVO MARCO PARA PALMAS

Edu Fortes

A Casa da Mulher Brasileira em Palmas está oficialmente aberta ao público desde a última sexta-feira, 28, após sua inauguração pela Prefeitura da Capital. O local foi criado com a proposta de oferecer atendimento multidisciplinar às mulheres em situação de violência, com serviços dedicados ao acolhimento, apoio e enfrentamento da violência de gênero. A Casa da Mulher Brasileira (CMB) é uma das principais ações do Programa Mulher Viver sem Violência, lançado pelo Ministério das Mulheres em março de 2023. PÁG 03

CASO MARIA ALICE

Pág. 05

Motorista que causou acidente em Araguaína admitiu ter bebido para a PRF

Apuração exclusiva do Jornal Primeira Página informa que o estudante de Direito Vitor Gomes Alves de Paula, de 21 anos, que estava dirigindo

um carro de luxo em alta velocidade e vitimou Maria Alice Guimarães Silva, de 25 anos, admitiu ter ingerido bebida alcoólica para um agente da Polícia

Rodoviária Federal (PRF) que atendeu à ocorrência poucos minutos após o acidente em Araguaína-TO, na rodovia BR-153.

Polícia Civil de Araguaína



Vitor, Gustavo e Gabriel estavam no veículo que causou o acidente que matou Maria Alice em Araguaína.

EM PALMAS

Pág. 02

Novo conjunto habitacional para 190 famílias

A Prefeitura de Palmas anunciou a construção de um residencial de apartamentos populares no Jardim Aurenly I, localizado na região sul da capital. O projeto, que será desenvolvido em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Instituto Xambioá, beneficiará 192 famílias e contará com um investimento total de R\$ 32,2 milhões.

POLÍCIA MILITAR

Pág. 02

Negado pedido liminar para suspender o concurso da PM

Em decisão provisória da última quinta-feira, 27, o juiz Roniclay Alves de Moraes negou o pedido de suspensão urgente do concurso público para ingresso no Curso de Formação de Oficiais e Praças da PMTO.

100% TOCANTINENSE

APRIMORADA POR CARROS COMO VOCÊ!

fragatalavajato 63 3215-3925

Fragata 01	101	noite
Fragata 02	402	sul
Regata 01	602	sul
Regata 02	106	noite

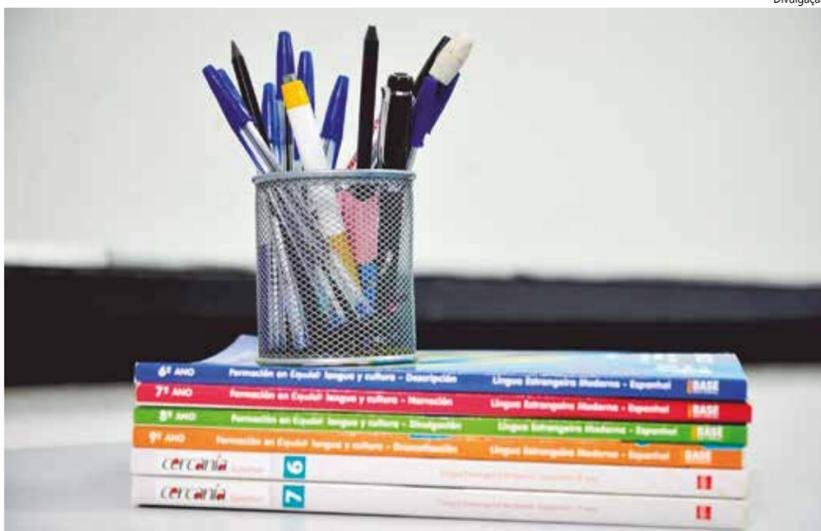
VALOR DE R\$ 5,6 MILHÕES

TCE/TO identifica irregularidades em contrato para compra de livros escolares

A ANÁLISE DO TCE REVELOU QUE O VALOR CONTRATADO ULTRAPASSOU EM 134,60% O LIMITE LEGAL.

O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO) identificou irregularidades na adesão à Ata de Registro de Preços nº 08/2024, que resultou na compra de material bibliográfico para as escolas de Gurupi. O contrato, firmado pela Secretaria Municipal de Educação, tem valor de R\$ 5.685.129,80 para atender às 27 unidades escolares.

A conselheira Doris de Miranda Coutinho foi informada sobre o caso e determinou que os responsáveis apresentassem defesa. A análise revelou



Divulgação

Contrato tem valor de R\$ 5.685.129,80 para atender 27 unidades escolares.

três falhas principais:

1. Falta de estudo de mercado adequado, com um Estudo Técnico Preliminar (ETP) genérico que direcionou a compra à Mens Editora sem comparação com outras fornecedoras.

2. Divergência no objeto da compra: a ata

original era para livros de ensino superior, mas foi usada para materiais para educação infantil e fundamental.

3. Extrapolação dos limites legais, com um valor contratado 134,60% maior que o permitido.

A conselheira notificou os responsáveis,

incluindo o secretário de Educação, para justificativas em até 15 dias, podendo o contrato ser suspenso e sanções aplicadas se as respostas não forem satisfatórias. O objetivo é garantir a legalidade e a correta aplicação dos recursos públicos.

VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO

A infeliz coincidência entre dois acidentes fatais em Araguaína

Por Rafael Miranda

Gabriel Yuzo Silva Yamashita, estudante de Medicina e um dos passageiros do veículo envolvido no acidente que matou Maria Alice Guimarães, de 25 anos, no último sábado (22), em Araguaína-TO, responde criminalmente por outro acidente de trânsito fatal ocorrido em maio de 2023.

Na ocasião, Gabriel, então com 19 anos, estava alcoolizado e dirigia acima da velocidade quando colidiu com a moto do mecânico Daniel dos Santos Silva, 25 anos, que morreu momentos depois no hospital. O acidente ocorreu em um cruzamento no Setor Oeste, em Araguaína.

Após o acidente, Gabriel foi preso em flagrante, mas pagou fiança de R\$ 39.600 e foi libertado em menos de 24 horas. No local do acidente, ele se recusou a fazer o teste do bafômetro, mas a Polícia Militar registrou um auto de constatação de embriaguez. No último sábado, 22 de março de 2025, os passageiros Gabriel Yuzo, 21 anos, e Gustavo Figalido, 20 anos, estavam em uma BMW avaliada em



Fotos: Arquivo Pessoal

Maria Alice e Daniel dos Santos morreram em acidentes de trânsito em Araguaína.

R\$ 370 mil quando o motorista do veículo, Vitor Gomes, 21 anos, atingiu em alta velocidade a moto em que estava Maria Alice, que morreu na hora.

Gabriel Yuzo, conforme depoimentos dados à Polícia Civil de Araguaína, estava em um bar da cidade, frequentado por estudantes de Medicina, antes do acidente que matou Daniel.

Testemunhas, incluindo um amigo seu e um garçom do bar, confirmaram que ele havia consumido bebidas alcoólicas antes de sair do local em um Jeep Commander, avaliado em R\$ 200 mil, de propriedade de seu pai.

A perícia indicou que, após a colisão, Gabriel

percorreu cerca de 200 metros com o veículo para longe do local do acidente. Ele também desrespeitou uma placa de "PARE", avançando em uma via não preferencial. O laudo apontou ainda que não havia marcas de frenagem na avenida, indicando que não houve tempo de reação para evitar o acidente.

Em dezembro de 2024, os pais de Daniel dos Santos Silva, Isaias José da Silva e Maria Goreth Arruda dos Santos, ingressaram com uma ação judicial contra Gabriel, por meio da Defensoria Pública, solicitando que ele pague R\$ 6.045,59 pelo valor da moto destruída e R\$ 868.606,99 pela morte de Daniel.

O mecânico sonhava em crescer profissionalmente, fez dois cursos no SENAI e trabalhou como CLT em uma empresa de transportes rodoviários.

O processo judicial referente à morte de Daniel segue em andamento e terá sua audiência de instrução e julgamento marcada para 24 de novembro de 2025, mais de dois anos após o ocorrido.



Leia mais no QR CODE

POLÍCIA MILITAR

Foto - Ascom PM/TO



Concurso prevê 660 vagas para a PM/TO.

Negado pedido liminar para suspender concurso

Em decisão provisória ad última quinta-feira, 27, o juiz Ronclay Alves de Moraes negou o pedido de suspensão urgente do concurso público para ingresso no Curso de Formação de Oficiais e Praças da Polícia Militar do Tocantins (PMTO).

A decisão saiu em uma ação civil pública protocolada pela Defensoria Pública do Tocantins.

O órgão alegou afronta à legislação relativa aos direitos das pessoas com deficiência, já que os editais do concurso não consta a reserva de 5% das vagas para pes-

soas com deficiência.

Segundo o órgão, algumas deficiências não impedem totalmente a atividade policial ostensiva e a carreira policial abrange outras atribuições de natureza administrativa.

De acordo com a ponderação do magistrado na decisão, embora a legislação brasileira assegure direitos às pessoas com deficiência, como a reserva de vagas em concursos públicos, esta reserva não é absoluta e não se aplica a cargos cujas atribuições sejam incompatíveis com a deficiência, como no caso da Polícia Militar.

EM PALMAS

Edu Fortes



Prefeito assina convênio para o Residencial Juri.

Novo conjunto habitacional para 190 famílias

A Prefeitura de Palmas anunciou a construção de um residencial de apartamentos populares no Jardim Aurenny I, localizado na região sul da capital.

O projeto, que será desenvolvido em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Instituto Xambioá, beneficiará 192 famílias e contará com um investimento total de R\$ 32,2 milhões.

Os apartamentos terão dois quartos, sala, cozinha e sacada, e o empreendimento

será equipado com infraestrutura de lazer, incluindo parque infantil, biblioteca e bicicletário.

No entanto, a Prefeitura ainda não divulgou a data de início das obras nem a previsão de conclusão.

Além desse projeto, o município está executando a construção de 496 unidades habitacionais, com previsão de entrega para o ano de 2026, conforme informações do secretário municipal de Habitação, Marlen Ribeiro.

EXPEDIENTE

JORNAL PRIMEIRA PÁGINA 40 ANOS

Telefones

63 98139-0870 | 63 3223-8300

E-mails

redacao@primeirapagina-to.com.br
comercial@primeirapagina-to.com.br

Sandra Miranda

Fundadora e Editora Geral - DRT/TO - 132

Renata Miranda
Diretora

Rafael Miranda
Jornalista-DRT/TO-1886

Pâmelle Cristina
Administrativo

Dilson Negreiros
Diagramador-DRT/TO-386

Website

Journalprimeirapaginato www.journalprimeirapaginato.com

primeirapaginatocantins

PrimeiraPagina2

Av. Teotônio Segurado, Qd. 501 Sul, Ed. Amazônia Center, 2º andar, sala 206
CEP: 77.016-002 - Palmas - Tocantins

INAUGURAÇÃO EM PALMAS

Casa da Mulher Brasileira: um espaço de acolhimento e enfrentamento à violência

A UNIDADE DE PALMAS, QUE JÁ INICIOU OS ATENDIMENTOS, FUNCIONARÁ DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA.

A Casa da Mulher Brasileira em Palmas está oficialmente aberta ao público desde a última sexta-feira, 28, após sua inauguração pela Prefeitura da Capital. O local foi criado com a proposta de oferecer atendimento multidisciplinar às mulheres em situação de violência, com serviços dedicados ao acolhimento, apoio e enfrentamento da violência de gênero.

A Casa da Mulher Brasileira (CMB) é uma das principais ações do Programa Mulher Viver sem Violência, lançado pelo Ministério das Mulheres em março de 2023. A CMB proporciona um atendimento humanizado e especializado, reunindo, em um único espaço, diversos serviços essenciais para o acolhimento de mulheres vítimas de violência.

Dentre os serviços oferecidos, estão acolhimento e triagem, apoio psicossocial, delegacia, Juizado, Ministério Público, Defensoria Pública, promoção da autonomia econômica, brinquedoteca para o cuidado das



A CMB proporciona um atendimento humanizado e especializado, reunindo, em um único espaço, diversos serviços essenciais para o acolhimento de mulheres vítimas de violência.

crianças, alojamento de passagem e central de transportes.

O principal objetivo da Casa da Mulher Brasileira é garantir o acesso facilitado e integral aos serviços especializados, promovendo, assim, o empoderamento feminino e a autonomia econômica das mulheres em situação de violência.

A unidade de Palmas, que já iniciou os atendimentos, funcionará de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, com exceção

da Delegacia da Mulher, que atenderá 24 horas por dia. O investimento inicial para a construção da unidade foi de R\$ 6,6 milhões, sendo R\$ 5,6 milhões oriundos do Ministério das Mulheres e o restante de contrapartida da Prefeitura de Palmas.

A Casa da Mulher Brasileira ocupa uma área de 6.825 m², com 1.349,48 m² de área construída, e está localizada na Quadra ACSE-90 (902 Sul), Avenida NS-02, em Palmas/TO.

OUTRAS UNIDADES

Além de Palmas, outras cidades brasileiras já contam com unidades da Casa da Mulher Brasileira, como Campo Grande (MS), Boa Vista (RR), Ceilândia (DF), Fortaleza (CE), Curitiba (PR), São Paulo (SP), São Luís (MA), Salvador (BA), Teresina (PI) e Ananindeua (PA), sendo as últimas três inauguradas pelo atual governo. Somente em 2024, essas unidades realizaram mais de 440 mil atendimentos.

DADOS DE VIOLÊNCIA



A maioria das vítimas são negras e pardas.

Cenário de violência no TO pelo Ligue 180

Em 2024, a Central de Atendimento à Mulher — Ligue 180 registrou 630 denúncias de violência contra a mulher no Tocantins, representando um aumento de 14,75% em relação ao ano anterior.

A maioria das vítimas são mulheres negras e pardas (449 casos), e os agressores geralmente são os parceiros ou ex-parceiros das vítimas (297 de-

núncias). O ambiente doméstico, como a residência compartilhada entre vítima e agressor, é o cenário mais comum para a violência (238 casos).

Além disso, muitas mulheres vivenciam violência de forma constante: 293 denúncias relataram agressões diárias, enquanto 104 disseram que a violência ocorre ocasionalmente.

O desafio institucional de assegurar o pleno funcionamento do espaço

O funcionamento eficaz da Casa da Mulher Brasileira exige a colaboração de diversas instituições. A ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, destacou em coletiva de imprensa com o *Jornal Primeira Página*, durante a inauguração, que o maior desafio não está apenas na construção física do espaço, mas também no desenvolvimento da política pública.

"Temos dois processos de arquitetura: a construção da obra e a construção da política. Estamos aqui com a Defensoria Pública, com o Tribunal de Justiça, com o Ministério Público, o que já demonstra que conseguimos avançar nesse processo de negociação", afirmou.

A ministra também mencionou que a Casa da Mulher Brasileira conta com um conselho gestor, formado por representantes das instituições envolvidas, para coordenar as ações no espaço.

"A Casa tem um conselho gestor, com participação do governo estadual e municipal, que ajuda a resolver os principais casos e problemas, e trabalhar para encontrar



Governador Wanderlei Barbosa, Ministra Cida Gonçalves e Prefeito Eduardo Siqueira.

soluções. Sabemos que não é fácil, existem contradições, mas o principal objetivo é salvar vidas das mulheres", completou Cida Gonçalves.

O prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, agradeceu a cooperação de todos os envolvidos no processo e destacou a importância da inauguração.

"Aqui em Palmas, tivemos uma cooperação constante, desde o início até a entrega da Casa da Mulher Brasileira. Parabéns às secretárias da mulher, o governador do Tocantins e a senadora Dorinha, que destinou uma emenda importante para a conclusão da obra",

afirmou.

O governador do Tocantins, Wanderlei Barbosa, também esteve presente no evento e ressaltou a relevância da parceria entre as esferas federal, estadual e muni-

cipal na implementação desse equipamento. "A presença do governo do estado neste projeto, em parceria com o município e liderado pelo governo federal, é fundamental para nós", declarou.



O prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos.

CONCURSOS PÚBLICOS



A medida garante 8% das vagas em concursos.

Política de Cotas para mulheres em risco

O Governo de Tocantins, em parceria com o Ministério das Mulheres, aderiu à Política de Cotas para Mulheres em Situação de Violência Doméstica.

A medida garante a reserva de 8% das vagas em concursos e contratações públicas para essas mulheres, visando promover sua inclusão no mercado de trabalho e melhorar sua condição socioeconômica.

Além do Tocantins,

12 estados já implementaram essa política, incluindo Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte.

Essas ações refletem o compromisso com a proteção e promoção da autonomia das mulheres, oferecendo um caminho mais seguro e inclusivo para as vítimas de violência.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS

Relatório da Administração Saneatins 2024
CNPJ/MF nº 25.089.509/0001-83As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal, no endereço eletrônico da Companhia, respectivamente, <https://jornalprimeirapaginato.com.br>, <https://www.wi.brkamambiental.com.br>.

Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins - Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023							
Ativo	Nota explicativa	2024		2023		Passivo e patrimônio líquido	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	31.459	59.780	Fornecedores	13	32.698	43.535
Contas a receber, líquidas	6	120.671	121.256	Empréstimos e financiamentos	14.1	67.181	68.022
Adiantamentos a fornecedores		181	107	Passivo de arrendamento	14.2	16.083	12.152
Tributos a recuperar	7	22.152	23.429	Salários e encargos sociais	15	23.911	23.827
Estoques		7.024	8.242	Tributos a pagar		38.272	38.603
Partes relacionadas	14		12	Dividendos a pagar		8.433	4.810
Outros ativos		7.299	5.901	Outros passivos		1.944	1.627
		188.786	218.727			188.522	192.576
Não circulante							
Contas a receber, líquidas	6	33.364	33.612	Empréstimos e financiamentos	14.1	764.381	750.555
Fundos restritos	2.3	34.020	33.403	Passivo de arrendamento	14.2	81.120	65.825
Tributos a recuperar	7	10.758	25.417	Partes relacionadas	18	755.783	822.879
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	37.226	40.431	Adiantamento para futuro aumento de capital			9.450
Depósitos judiciais		29.470	28.385	Provisões para riscos	16	11.932	8.045
Outros ativos		16.720	18.428	Benefícios a empregados	19	24.187	25.121
				Outros passivos		4.322	3.224
		161.558	179.676			1.641.725	1.685.099
Propriedades para investimentos	8	57.716	53.883	Patrimônio líquido	20		
Imobilizado	9	42.909	43.515	Capital social		279.700	270.250
Ativos de contrato	10	92.979	94.485	Reserva de capital		1.140	1.140
Ativo de direito de uso	11	84.823	68.408	Reserva de lucros		60.993	45.867
Intangível	12	1.559.907	1.550.077	Ajuste de avaliação patrimonial		16.598	13.839
		1.999.892	1.990.044			358.431	331.096
Total do ativo		2.188.678	2.208.771	Total do passivo e patrimônio líquido		2.188.678	2.208.771

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023					
	Nota explicativa	2024		2023	
		2024	2023	2024	2023
Receita Líquida de Serviços	21 (a)	799.821	1.022.463		
Custos dos serviços prestados	21 (b)	(424.260)	(669.488)		
Lucro bruto		375.561	352.975		
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	21 (b)	(143.334)	(153.593)		
Perdas de créditos esperadas	21 (b)	(15.531)	(10.540)		
Outras receitas	21 (b)	6.227	5.137		
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		222.923	193.979		
Resultado financeiro	21 (c)				
Receitas financeiras		24.206	22.797		
Despesas financeiras		(202.548)	(186.651)		
Resultado financeiro líquido		(178.342)	(163.854)		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		44.581	30.125		
Imposto de renda e contribuição social correntes	17 (b)	(3.170)	(93)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17 (b)	627	(10.236)		
Lucro do exercício		42.038	19.796		
"Lucro por ação básico atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)"	20 (h)	5,81	4,03		

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023					
Lucro do Exercício	Nota explicativa	2024		2023	
		2024	2023	2024	2023
Outros resultados abrangentes	20 (g)				
Obrigações com benefícios pós-emprego		4.179	(3.974)		
Efeitos fiscais		(1.420)	1.351		
		2.759	(2.623)		
Total do resultado abrangente do exercício		44.797	17.173		

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023									
Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de Lucros	
								Total	
Em 1º de janeiro de 2023	67.817.127	1.140.000	1.929.151	432.551	28.350.122		16.461.549	116.130.500	
Resultado do exercício:									
Lucro do exercício						19.796		19.796	
Outros resultados abrangentes:									
Obrigações com benefícios pós-emprego	20 (g)						(2.623)	(2.623)	
Total do resultado abrangente do exercício						19.796	(2.623)	17.173	
Transação de capital com sócios:									
Aumento de capital		202.433						202.433	
Constituição de reservas	20 (c), (d) e (e)		990	242	13.923	(15.155)			
Dividendos mínimos obrigatórios	20 (f)					(4.641)		(4.641)	
Em 31 de dezembro de 2023		270.250	1.140	2.919	675	42.273	13.839	331.096	
Resultado do exercício:									
Lucro do exercício						42.038		42.038	
Outros resultados abrangentes:									
Obrigações com benefícios pós-emprego	20 (g)						2.759	2.759	
Total do resultado abrangente do exercício						42.038	2.759	44.797	
Transação de capital com sócios:									
Aumento de capital	20 (a)	9.450						9.450	
Constituição de reservas	20 (c), (d) e (e)		2.102	6.205	6.819	(15.126)			
Dividendos mínimos obrigatórios	20 (f)					(8.433)		(8.433)	
Juros sobre capital próprio	20 (f)					(18.479)		(18.479)	
Em 31 de dezembro de 2024		279.700	1.140	5.021	6.880	49.092	16.598	358.431	

1 Informações gerais

A Companhia de Saneamento do Tocantins – Saneatins ("Companhia") tem como principal objetivo a implantação, operação e manutenção dos serviços de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário em determinados municípios dos Estados do Tocantins e do Pará, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões outorgadas.

A Companhia possui atualmente contratos de prestação de serviços de longo prazo, que abrangem 51 prefeituras, sendo 46 no Estado do Tocantins e 5 no Estado do Pará, todos com opção de renovação e extensão ao final do contrato e atualizados anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA").

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia obteve o registro inicial de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para a categoria "B", que permite a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante.

Em 24 de abril de 2024, a Companhia solicitou à CVM o cancelamento de seu registro de companhia aberta tipo B, por decisão estratégica da Companhia, o qual foi atendido e formalizado pelo Ofício nº 106/2024/CVM/SEP/GEA-2 em 8 de maio de 2024.

A sede da Companhia está localizada na Quadra 312 Sul, Avenida LO-05, Plano Diretor Sul, Palmas, Tocantins.

Em 25 de julho de 2024, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação pela BRK Ambiental, do acervo da sua controlada direta BRK Ambiental Centro Norte Participações S.A. ("Centro Norte Participações"), antiga controladora direta da Companhia, com a consequente extinção das ações incorporadas, a BRK Ambiental passou a ser sucessora legal em todos os direitos e obrigações da Centro Norte Participações e controladora direta da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia

é parte integrante do Grupo Brookfield ("Grupo"), sendo controlada direta da BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental").

(a) Concessão Públicas de Água e Esgoto

Em todas as concessões, as concessionárias têm o direito pleno de utilizar os ativos concedidos ao longo do período estipulado, seguindo as condições acordadas. Além disso, são responsáveis por realizar investimentos, conforme compromissos e/ou obrigações definidas nos contratos de concessão para aprimorar e ampliar os sistemas, estipulado em cada contrato. Esses investimentos podem ser objeto de discussão com o Poder Concedente, por meio de aditivos contratuais e negociações eventuais. Os investimentos são remunerados pelo Poder Concedente através de contraprestações mensais ou por intermédio de tarifa paga diretamente pelos usuários. Às concessionárias é requerido que sejam realizadas manutenções periódicas como manutenção em redes, preventiva e corretiva dos ativos. Estas manutenções também são remuneradas através de contraprestações mensais ou por intermédio de tarifa paga diretamente pelos usuários.

1.1 - Outras Informações

Em 25 de janeiro de 2024, houve a celebração do primeiro termo aditivo ao contrato de concessão nº 276/99 entre a Companhia e o Município de Paraíso de Tocantins – TO ("Município"), por meio do qual as Partes: (i) anteciparam o pagamento da outorga prevista no contrato no montante de R\$ 6.000; (ii) repactuaram o prazo de atingimento da meta de 90% de atendimento urbano de cobertura de esgotamento sanitário para até o final do ano de 2033; e (iii) postergaram o prazo final do contrato de concessão em 20 anos com previsão de vencimento em 31 de dezembro de 2049.

Em 10 de dezembro de 2024, houve a celebração do sexto termo aditivo ao

contrato de concessão nº 444/99 entre a Companhia e o Município de Colinas do Tocantins – TO ("Município"), por meio do qual as Partes: (i) anteciparam o pagamento da outorga prevista no contrato no montante de R\$ 11.500; (ii) repactuaram o prazo de atingimento da meta de 90% de atendimento urbano de cobertura de esgotamento sanitário para até o final do ano de 2033; e (iii) postergaram o prazo final do contrato de concessão em 20 anos com previsão de vencimento em 31 de dezembro de 2049.

Em 2024, houve a celebração de 13 termos aditivos aos contratos de concessão entre a Companhia e os Municípios de Augustinópolis, Buriti do Tocantins, Campos Lindos, Colinas do Tocantins, Goiatins, Lagoa da Confusão, Miracema do Tocantins, Natividade, Nazaré, Paraíso do Tocantins, Rio Sono, São Sebastião do Tocantins e Wanderlândia, por meio do qual as Partes acordaram: (i) pagamento da outorga no montante de R\$ 22.100 e previsão de pagamento de R\$ 5.500 em 2025; (ii) aderência ao Novo Marco do Saneamento, ou seja, 90% de cobertura urbana do esgotamento sanitário postergada para dezembro de 2033; e (iii) postergaram o prazo final dos contratos de concessão em até 20 anos com vencimento para 31 de dezembro de 2049, com exceção do Município de Wanderlândia, com vencimento para 31 de dezembro de 2039.

(a) Programa SOX

A Companhia, sendo uma controlada indireta da Brookfield Business Corporation, uma companhia pública com registro na SEC - Securities and Exchange Commission, segue as diretrizes de controles internos do seu acionista controlador, o qual segue a Seção 404 da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley ("SOX"), que visa prevenir, detectar e tratar qualquer potencial inconformidade, com efeito material relacionada às informações financeiras arquivadas na SEC pelo seu acionista controlador. A exigência de conformidade com a Seção 404 da SOX se aplica exclusivamente ao acionista controlador.

(b) Programa de Compliance

A BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia, estão comprometidas em realizar as suas atividades com integridade e com os mais altos padrões éticos e de transparência, tomando por base o total cumprimento das legislações e regulamentações, aplicáveis, e adotando uma postura de tolerância zero a atos de corrupção, discriminação e comportamentos antiéticos. Dessa forma, a BRK Ambiental e suas controladas, estabeleceram em sua governança corporativa a adoção de um Programa de Compliance, que determina as diretrizes que devem orientar as relações internas e externas de seus funcionários, administradores, diretores, conselheiros e acionistas. Este Programa visa consolidar as iniciativas para a promoção e o fortalecimento da cultura ética e da integridade e para a mitigação de riscos por meio de mecanismos de prevenção, detecção e resposta de atos ilícitos e indesejados.

A BRK Ambiental é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, que une empresas com o objetivo de promover um mercado mais íntegro e ético e erradicar o suborno e a corrupção. A BRK Ambiental também é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), que busca mobilizar a comunidade empresarial internacional em prol de uma relação mais próxima com as áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Em termos de governança e compliance, a BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia também são certificadas pela ISO 37.001, que trata sobre o sistema de gestão antissuborno e anticorrupção. Renovamos o certificado até 2027 e aderimos ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, uma iniciativa da Controladoria Geral da União ("CGU"), com a qual reafirmamos publicamente nosso compromisso com a integridade em todos os aspectos da nossa atuação.

(c) ESG: Impacto ambiental, social e práticas de governança

Em 2024, a BRK Ambiental reavaliou seu programa de sustentabilidade através do ESG Risk Rating da Sustainalytics, classificando seu risco como baixo, obtendo (13.0) como resultado. O rating avalia o grau de robustez das práticas ESG da empresa. Mais de 16 mil empresas no mundo passaram por esse processo. A BRK Ambiental atualmente é a primeira das Américas e a terceira no mundo entre empresas de saneamento, no ESG Risk Rating da Sustainalytics, organização internacional, que mede a exposição e o gerenciamento de riscos ESG das empresas. Com a manutenção, ao longo de 2024, da classificação de risco baixo a Companhia foi reconhecida pela Sustainalytics como os selos Industry top rated e regional top rated.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	44.581	30.125
Ajustes		
Depreciação e amortização	128.916	120.020
Amortização ativo de direito de uso	17.863	18.377
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	74	85
Valor residual do ativo de direito de uso baixados	(769)	(715)
Perdas de créditos esperadas	15.531	10.540
Provisões para riscos	7.731	5.025
Rendimento de fundos restritos	(3.561)	(3.393)
Margem de lucro de construção	(2.150)	(7.658)
Benefícios a empregados	2.601	413
Ajuste a valor presente	13.127	11.535
Juros e variações monetárias, líquidos	149.126	140.979
Outros ajustes	(3.833)	(2.792)
	369.237	322.541
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(14.698)	(31.175)
Adiantamentos a fornecedores	(74)	(9)
Tributos a recuperar	15.936	(2.948)
Estoques	1.218	(2.260)
Depósitos judiciais	(1.085)	(813)
Outros ativos	310	(19.243)
Fornecedores	5.059	2.265
Salários e encargos sociais	84	(5.835)
Tributos a pagar	(1.091)	(9.520)
Provisões para riscos	(3.844)	(3.620)
Partes relacionadas	(76.422)	77.217
Outros passivos	401	(1.131)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	294.229	325.469
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.770)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	291.459	325.469
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Fundos restritos	2.944	(7.643)
Adições ao imobilizado	(999)	(2.277)
Adições ao ativo de contrato e intangível	(144.139)	(307.782)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(142.194)	(317.702)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(20.517)	(3.702)
Ingressos de empréstimos e financiamentos	73.950	152.843
Custo de transação sobre ingressos de empréstimos e financiamentos	(682)	
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(67.425)	(55.844)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(72.514)	(65.939)
Amortizações de passivo de arrendamento	(27.410)	(27.557)
Adiantamento para futuro aumento de capital		9.450
Partes relacionadas	(62.988)	(75.360)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(177.586)	(66.109)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(28.321)	(58.342)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	59.780	118.122
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	31.459	59.780

(d) Autoprodução de energia

Em 9 de dezembro de 2024, a Companhia e a Assuruá 4 e 5 Holding Energia S.A. ("Assuruá 4 e 5 Holding"), Serena Geração S.A. ("Serena Geração") e Assuruá 5 II Energia S.A. ("SPE Assuruá 5 II") celebraram um acordo para a constituição de um consórcio de autoprodução de energia através de uma central geradora eólica, localizada na cidade de Xique-Xique no estado da Bahia, que fornecerá energia para a Companhia, conforme estabelecido no contrato de consórcio. Nesta mesma data foi assinado o contrato de consórcio denominado Grupo Serena, no qual fica estabelecido que a Assuruá 4 e 5 Holding será a Consorciada Líder. A Companhia detém de parte da geração de energia a ser utilizada em suas operações, enquanto a Consorciada Líder será aquela responsável pela operacionalização da central de energia, onde está previsto uma capacidade instalada de 46,400 MWac, geração certificada média estimada P50 de 12,64 Mw médios, o período do consórcio tem início em 1º de janeiro de 2025 e término em 31 de dezembro de 2039.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Companhia no exercício apresentado, salvo disposição em contrário.

2.1 Base

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. Se as restrições contratuais sobre o uso de caixa corresponderem a um período superior a 12 meses, são classificados como não circulantes no balanço patrimonial.

2.3 Fundos restritos

Os fundos restritos representam depósitos bancários cuja utilização é vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de financiamentos e retidos até o vencimento de cada contrato. Os valores são remunerados, em sua maioria, pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o saldo é de R\$ 34.020 (2023 – R\$ 33.403).

2.4 Contas a receber e perdas de créditos esperadas

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, calculadas com base na análise dos créditos e registradas no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber (Nota 3 (g)). O direito a faturar de clientes é classificado como:

Contratos de concessão (Intangível)

A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda ou prestação de serviço, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

2.5 Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor de realização, sendo classificados no ativo circulante.

2.6 Ativos financeiros e não financeiros**2.6.1 Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, avaliados sob as categorias de mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros e os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

2.6.3 Impairment de ativos financeiros e não financeiros**(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia anualmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. A análise é realizada de forma individual, considerando diferentes premissas financeiras e de negócios para avaliar se há ou não indicio de impairment. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável (impairment), são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma

perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs")). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.7 Ativos de contrato

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção.

2.8 Intangíveis**(a) Sistemas de água e esgoto**

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão. O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecido conforme Nota 2.17 (b). O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia (Nota 3 (c)). A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

(b) Direito de Concessão

O direito de concessão refere-se à outorga registrada nas concessões no ativo intangível (Nota 12), as respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante e não circulante. A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(c) Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

(c) Capitalização de juros e encargos financeiros

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: (i) o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada período e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme a seguir apresentado:

Equipamentos de informática – 5 anos;
Máquinas e equipamentos – 5 a 10 anos;
Móveis e utensílios – 10 anos;
Veículos – 5 anos;
Edificações – 10 a 50 anos.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.10 Propriedades para investimento

Refere-se a propriedades mantidas para obtenção de renda com alugueis e/ou valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito) e não para: (i) uso na produção ou fornecimento de serviços; (ii) finalidades administrativas; ou (iii) para venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades

para investimento são mensuradas ao valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do exercício, exceto no reconhecimento inicial de imóvel anteriormente ocupado pela Companhia que se torna propriedade para investimento registrada pelo valor justo, cujo ganho ou perda é registrado no patrimônio líquido.

A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não são esperados benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa é reconhecido no resultado do período em que o imóvel ou bem é baixado.

2.11 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, reconhecidas ao valor justo, sendo classificadas como passivos circulantes. A Companhia não possui risco sacado.

2.12 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidas, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período que são incorridos. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividade de financiamento.

2.13 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(ii) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos de 1 a 17 anos.

(iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixo (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

2.14 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos.

(i) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data base das demonstrações financeiras.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições ou exclusões temporárias. As aliquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, é de 25,00% de imposto de renda e 9,00% para a contribuição social. Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos

são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados (Nota 3 (a)).

2.15 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa os dividendos e juros sobre capital próprio pagos como atividade de financiamentos.

2.16 Adiantamento para futuro aumento de capital

Os adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC") têm por finalidade exclusiva o aumento de capital social pelos acionistas da Companhia. A quantidade de ações a serem emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs será determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão.

2.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receita de serviços de água e esgoto

A receita de prestação de serviço de água e esgoto é reconhecida por ocasião do consumo de água e esgoto ou por ocasião do consumo de outras prestações de serviços. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

(b) Receita de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas Interpretação Técnica ("ITPC") 01 (R1) e OCP 05), e nos contratos com arrendamentos financeiros (CPC 06 (R2)), já que a Companhia adota como prática a certificação dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção. A receita de construção é determinada e reconhecida mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada em 2024 e 2023 é de 2%. Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados (ativo intangível).

2.18 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.19 Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido da Companhia. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.20 Benefícios a empregados**(a) Obrigações de aposentadoria**

A Companhia disponibiliza um plano de Previdência Complementar através de entidade fechada de Previdência Complementar. Uma Entidade sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994). O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos integrantes, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos.

(b) Outros benefícios pós empregados

A Companhia concede determinados benefícios de assistência à saúde ("plano de saúde") pós-emprego aos funcionários elegíveis. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do integrante no emprego até um tempo mínimo de vínculo e/ou idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado e ter sido contribuinte na manutenção do plano de saúde. O custo do plano de saúde pós-emprego é arcado pelo funcionário através de emissão de apólice individual. A Companhia reconhece as obrigações

com benefícios pós-emprego correspondente ao valor presente das obrigações atuariais de longo prazo, originado pelo subsídio que é concedido pela empresa aos inativos, ou seja, correspondente à diferença entre o custo do beneficiário e sua contribuição ao longo do tempo. As obrigações com benefícios pós-emprego são avaliadas em função dos cadastros individuais dos funcionários participantes (empregados ou aposentados), incluindo seus dependentes, dos custos dos planos de saúde e das hipóteses atuarias que projetam os benefícios futuros. A Companhia acompanha as mudanças nestes cenários periodicamente, através de avaliação realizada por atuários independentes e, as remunerações compreendendo ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas imediatamente no balanço patrimonial em contrapartida a outros resultados abrangentes no período em que ocorram.

(c) Participação nos Lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação nos lucros tem como base os resultados alcançados pela Companhia e avaliação do desempenho individual do empregado, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

2.21 Pronunciamentos novos ou revisados em 2024

A Companhia revisou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1)

Em janeiro de 2024, o CPC emitiu alterações ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa e ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação a fim de esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais decorrentes desses acordos. Os requisitos de divulgação têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações se aplicam para períodos que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. As alterações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. CPC 06 (R2) – Arrendamentos: Passivo de locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e arrendamento de volta). Em novembro de 2023, o CPC emitiu alterações ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos, através da revisão 23, para determinar os requisitos que um vendedor-arrendatário deve utilizar na mensuração da responsabilidade de locação numa transação de venda e arrendamento de volta, com o intuito de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer montante do ganho ou perda que esteja relacionado com o direito de uso que ele mantém.

As alterações se aplicam para períodos que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente as transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06 (R2) – Arrendamentos. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. As alterações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante Em novembro de 2023, o CPC emitiu alterações nos parágrafos 60 a 76 do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Adicionalmente, uma exigência de divulgação é requerida quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de postergar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações se aplicam para períodos que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. As alterações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.22 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de autorização destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 18 (a ser traduzido pelo CPC): Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras Em abril de 2024, o International Accounting Standards Board ("IASB") emitiu o IFRS 18 (a ser traduzido pelo CPC), que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 (a ser traduzido pelo CPC) introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotaís especificados. As entidades são obrigadas a classificar

todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotaís de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 (a ser traduzido pelo CPC) e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida.

A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS19 (a ser traduzido pelo CPC): Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19 (a ser traduzido pelo CPC), que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 (a ser traduzido pelo CPC) entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ela não é elegível para aplicação do IFRS 19 (a ser traduzido pelo CPC). Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 9 (R3) – Demonstrações individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial Em setembro de 2024, o CPC emitiu alterações ao CPC 18 (R3) e à ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do CPC 18 (R3) contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações contábeis separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09 estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

Em setembro de 2024, emitiu a revisão de pronunciamentos técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

3 Estimativas e principais políticas contábeis

As estimativas e políticas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por

definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão contempladas a seguir.

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores;

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

(b) Provisões para riscos

As provisões para riscos existentes na Companhia estão ligadas, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis, tributários e ambientais.

A administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e (iii) demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa;

- Perda possível: são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável;

- Perda remota: são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

(c) Reconhecimento de receita de construção

A Companhia usa o método de custo acrescido de margem para reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de construção da infraestrutura dos contratos de concessão e tal método requer a uso de certas estimativas, conforme descrito na Nota 2.17 (b).

(d) Receita não faturada

A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. A definição dos valores das receitas ainda não faturadas requer a uso de certas estimativas, conforme descrito na Nota 2.4.

(e) Vida útil dos ativos intangíveis

Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

(f) Propriedades para investimento

A Administração da Companhia adotou o critério estimativo na apuração do valor justo de propriedade para investimento de forma prospectiva conforme critérios definidos a seguir.

Os valores justos dos imóveis foram embasados em pareceres técnicos de avaliação mercadológica através de empresa independente, contratada para realização dos trabalhos de avaliação individual de cada um dos imóveis, utilizando o método de avaliação de comparação de dados para os imóveis em que foram encontradas amostras semelhantes, com o mesmo contexto de localização; para os demais imóveis, foi utilizado o método evolutivo, que avalia o potencial construtivo ou a possibilidade de desmembramento nos mesmos padrões de amostras existentes na mesma localização.

Os valores justos dos imóveis foram considerados como de nível 3 na hierarquia do valor justo (informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado, ou seja, premissas não observáveis).

(g) Perdas de créditos esperadas

A Companhia registra as perdas de créditos esperadas em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis (Nota 6), com base na análise do saldo de contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 2.4.

A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, ações comerciais, eventuais, garantias contratuais, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas e vencimento da carteira de contas a receber.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, fundos restritos, contas a receber, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outros passivos.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia. A Companhia não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos especulativos e não especulativos.

(a) Risco de mercado

(i) Risco de fluxo de caixa associado com taxa de juros

O risco de fluxo de caixa associado com taxa de juros da Companhia decorre dos seguintes instrumentos financeiros: (i) aplicações financeiras e fundos restritos cujos rendimentos estão atrelados, principalmente, a taxa de CDI; e (ii) empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento que estão atrelados a indexadores diversos. Os impactos estimados nos instrumentos financeiros decorrentes de possíveis variações nas taxas de juros, às quais a Companhia está exposta ao final do exercício, foram analisados e o cenário mais provável foi calculado com base em uma taxa projetada para o período de doze meses, utilizando as projeções disponíveis no mercado e o spread médio aplicável. A Companhia considera que os instrumentos financeiros mencionados acima, não apresentam risco significativo relacionado à taxa de juros, considerando tanto o prazo, quanto a natureza desses instrumentos.

(a) Risco de crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis é inerente ao modelo de negócio da Companhia, o que mitiga eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos, predominantemente em bancos cuja classificação de rating é AAA, conforme avaliação das agências S&P e Fitch. A exposição máxima ao risco de crédito é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, fundos restritos e contas a receber na data do balanço (Notas 5, 2.3 e 6).

(b) Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa, premissas de desembolsos e recebimentos futuros foram estabelecidas e são monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. Em benefício de sua gestão, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para otimizar sua estrutura de capital.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento (incluindo valores circulantes e não circulantes), conforme demonstrados no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos. O capital total é apurado através da soma do

patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo total do capital, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, podem ser assim sumarizados: (a).

	2024	2023
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 14.1)	831.562	818.577
Total de passivo de arrendamento (Nota 14.2)	97.203	77.977
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(31.459)	(59.780)
(-) Fundos restritos (Nota 2.3)	(34.020)	(33.403)
Dívida líquida	863.286	803.371
Total do patrimônio líquido	358.431	331.096
Total do capital	1.221.717	1.134.467
Índice de alavancagem financeira - %	71%	71%

4.3 Estimativa do valor justo

Caixa, equivalentes de caixa e fundos restritos são compostos, basicamente, por fundos de investimentos e operações compromissadas, remunerados com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação. Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas de créditos esperadas e Ajuste a Valor Presente ("AVP"), estejam próximos de seus valores justos. Os financiamentos de longo prazo contratados junto à Caixa Econômica Federal ("CEF") e BTG Pactual S.A. ("BTG"), possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos contratos e, por esta razão, são considerados pelo valor nominal atualizado até a data do balanço.

A Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalente ao valor contabilizado em 31 de dezembro de 2024.

Os instrumentos financeiros apresentados no quadro a seguir estão classificados como Nível 2 na hierarquia de valor justo, que correspondem a aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos.

4.4 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	2024	2023	
	Nota explicativa	Valor contábil	Valor contábil
Ativos financeiros pelo custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5	31.459	59.780
Fundos restritos	2.3	34.020	33.403
Contas a receber, líquidas	6	154.035	154.868
		219.514	248.051
Passivos financeiros pelo custo amortizado			
Fornecedores	13	32.698	43.535
Empréstimos e financiamentos	14.1	(831.562)	(818.577)
Passivo de arrendamento	14.2	(97.203)	(77.977)
Partes relacionadas	18	(755.783)	(822.879)
Outros passivos		(6.266)	(4.851)
		(1.658.116)	(1.680.749)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Bancos conta movimento	8.575	8.448
Aplicações financeiras (i)	22.884	51.332
	31.459	59.780

(i) O saldo de aplicações financeiras está representado, substancialmente, por fundos de investimento e operações compromissadas em bancos cuja classificação de rating é AAA, com liquidez imediata e remuneração média de 98,87% do CDI (2023 – 104,77% do CDI).

6 Contas a receber, líquidas

	2024	2023
Contas a receber de clientes		
Concessões públicas	211.678	200.453
Outros (i)	48.120	48.120
Perdas de créditos esperadas	(105.763)	(93.705)
	154.035	154.868
Circulante	120.671	121.256
Não circulante	33.364	33.612
	31%	31%

(i) Este saldo refere-se, substancialmente, às faturas emitidas por conta da prestação de serviços contratados pela Agência Tocantinense de Saneamento – "ATS", que é uma autarquia Estadual responsável pela operação de diversos sistemas de abastecimento de água no estado. O serviço prestado é reconhecido pela autarquia e as negociações encontram-se em andamento para concluir o recebimento dos saldos em aberto.

Todas as contas a receber da Companhia são denominadas em reais e estão apresentadas líquidas de provisão para perdas de créditos esperadas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui direitos creditórios cedidos em contas a receber, como garantia de empréstimos e financiamentos. Nesta data, o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, que possuem essa garantia é de R\$ 835.608 (2023 – R\$ 815.684).

9 Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	Total
Custo de aquisição								
Saldo inicial em 1º janeiro de 2023	35.163	4.152	10.989	7.361	5.757	1.396	13	64.831
Adições			1.436	155	321	263	102	2.277
Baixas		(206)	(133)	(39)	(99)	(97)		(574)
Outras transferências			46	7	58		(111)	
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	35.163	3.946	12.338	7.484	6.037	1.562	4	66.534
Depreciação acumulada								
Saldo inicial em 1º janeiro de 2023		(1.403)	(9.377)	(5.570)	(4.129)	(1.373)		(21.852)
Depreciação		(61)	(775)	(487)	(270)	(71)		(1.664)
Baixas		141	128	35	96	97		497
Saldo final em 31 de dezembro de 2023		(1.323)	(10.024)	(6.022)	(4.303)	(1.347)		(23.019)
Valor contábil líquido	35.163	2.623	2.314	1.462	1.734	215	4	43.515
Custo de aquisição								
Saldo inicial em 1º janeiro de 2024	35.163	3.946	12.338	7.484	6.037	1.562	4	66.534
Adições			298	256	248	31	166	999
Baixas		(2)	(313)	(240)	(68)	(149)		(772)
Outras transferências			109				(109)	
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	35.163	3.944	12.432	7.500	6.217	1.444	61	66.761
Depreciação acumulada								
Saldo inicial em 1º janeiro de 2024		(1.323)	(10.024)	(6.022)	(4.303)	(1.347)		(23.019)
Depreciação		(59)	(775)	(387)	(272)	(58)		(1.551)
Baixas		2	267	240	60	149		718
Saldo final em 31 de dezembro de 2024		(1.380)	(10.532)	(6.169)	(4.515)	(1.256)		(23.852)
Valor contábil líquido	35.163	2.564	1.900	1.331	1.702	188	61	42.909
Vida útil (anos)	10 a 50	5	5 a 10	10	5			

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	2024	2023
A vencer	63.268	69.603
Vencidos		
Até 30 dias	30.856	27.122
De 31 a 60 dias	9.346	7.816
De 61 a 90 dias	4.044	3.637
De 91 a 180 dias	8.079	8.180
Mais de 180 dias	9.640	9.455
Valores a faturar	28.802	29.055
Total	154.035	154.868
	154.035	154.868

A movimentação das perdas de créditos esperadas de contas a receber da Companhia é a seguinte:

	"Saldo início do exercício"	Adições	"Contas a receber baixadas por recebimento"	"Contas a receber baixadas como incorbráveis"	"Saldo final do exercício"
Em 31 de dezembro de 2024	(93.705)	(38.140)	22.609	3.473	(105.763)
Em 31 de dezembro de 2023	(88.905)	(29.530)	18.990	5.740	(93.705)

7 Tributos a recuperar

	2024	2023
Imposto de renda	3.770	1.539
Contribuição social	38	13
PIS e COFINS (i)	29.064	47.266
Outros	38	28
	32.910	48.846
Circulante	22.152	23.429
Não circulante	10.758	25.417

(i) O saldo refere-se à opção por utilizar o desconto antecipado de créditos para o PIS e COFINS nas aquisições de máquinas e equipamentos destinados às suas operações e nas incorporações de edificações ao ativo imobilizado, conforme faculta a legislação de regência das contribuições que serão compensadas em até 24 meses de acordo com as leis nº 11.488/07 e 11.774/08, e respectivas alterações.

Localização	Tipo	Área (m²)	Custo histórico	Valor justo	Ajuste a valor justo
Araguaçu	Terreno Rural	431.941	26	670	644
Araguaína	Terreno Rural	1.180.282	683	4.444	3.761
Araguaína	Terreno Urbano	49.191	237	11.660	11.423
Colinas	Terreno Rural	55.405	10	949	939
Colinas	Terreno Urbano	10.308		2.376	2.376
Formoso do Araguaia	Terreno Rural	176.372	29	477	448
Formoso do Araguaia	Terreno Urbano	5.893		605	605
Guaraí	Terreno Rural	132.430	33	2.068	2.035
Gurupi	Terreno Rural	2.929.472	394	14.430	14.036
Gurupi	Terreno Urbano	4.445	3	2.038	2.035
Palmas	Terreno Urbano	65.629	163	6.657	6.494
Paraíso	Terreno Rural	1.329.085	14	2.696	2.682
Porto nacional	Terreno Rural	493.638	57	8.333	8.276
Porto nacional	Terreno Urbano	4.113		313	313
Em 31 de dezembro de 2024			1.649	57.716	56.067
Em 31 de dezembro de 2023			1.649	53.883	52.234

8 Propriedades para investimentos

O valor dos imóveis está embasado em pareceres técnicos de avaliação mercadológica anual através de empresa independente, contratada para realização dos trabalhos de avaliação de cada um dos imóveis e estão demonstrados abaixo:

As avaliações das propriedades para investimentos foram realizadas utilizando o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, que se baseia na coleta e análise de preços ofertados ou realizados em transações de compra e venda de bens semelhantes, ajustando-se as diferenças quantitativas e qualitativas dos imóveis pesquisados com o bem objeto da avaliação por meio de aplicação de fatores de homogeneização, quando aplicável, e tratamento estatístico.

Premissas utilizadas:

(i) **Área:** Fator que visa corrigir a diferença entre as áreas da amostra e o imóvel a ser avaliado;

(ii) **Especulação:** Esse índice visa corrigir as distorções entre os valores anunciados em oferta e uma possível redução de preços sobre os valores pedidos;

(iii) **Transposição:** Baseia-se nas características de localização de cada imóvel e é determinado através da situação e viabilidade de circulação com relação ao acesso, meios de circulação e condições do sistema viário dentro de uma região, entretanto, não considera a proximidade aos centros urbanos, mercados consumidores ou centros de beneficiamento;

(iv) **Situação e infraestrutura:** Com relação ao acesso, infraestrutura, meios de circulação e condições do sistema viário dentro de uma região;

(v) **Aproveit**

10 Ativos de contrato

Refere-se aos investimentos em infraestrutura para prestação de serviços de água e esgotamento sanitário, com prazo de conclusão até março de 2025. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia capitalizou juros e encargos financeiros nos ativos no valor de R\$ 5.316 (2023 – R\$ 26.879), durante o período no qual os ativos estavam em construção. A taxa média ponderada dos encargos financeiros utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos a ser capitalizado como parte integrante dos ativos em construção, foi de 11,27% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (2023 – 10,69% a.a.).

	2024	2023
Saldo no início do exercício	94.485	343.156
(+) Adições	98.166	327.591
(-) Transferências - ativo intangível	(99.672)	(576.262)
Saldo no final do exercício	92.979	94.485

11 Ativo de direito de uso

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática	Total
Custo					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2023	54.514	41.767	11.510	596	108.387
Adições	4.188	6.811	197	1.698	12.894
Baixas	(1.209)	(16.649)	(11.732)	(168)	(29.758)
Remensurações		5.867	25		5.892
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	57.493	37.796		2.126	97.415
Amortização					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2023	(16.240)	(9.328)	(9.026)	(512)	(35.106)
Amortização	(5.333)	(10.112)	(2.361)	(571)	(18.377)
Baixas	945	11.976	11.387	168	24.476
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	(20.628)	(7.464)		(915)	(29.007)
Valor contábil líquido	36.865	30.332		1.211	68.408
Custo					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2024	57.493	37.796		2.126	97.415
Adições	3.064	29.833		1.487	34.384
Baixas	(833)	(5.191)		(27)	(6.051)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	59.724	62.438		3.586	125.748
Amortização					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2024	(20.628)	(7.464)		(915)	(29.007)
Amortização	(5.600)	(11.615)		(648)	(17.863)
Baixas	754	5.191			5.945
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	(25.474)	(13.888)		(1.563)	(40.925)
Valor contábil líquido	34.250	48.550		2.023	84.823
Vida útil (anos)	11	17		1 a 6	

12 Intangível

	Sistema de água e esgoto	Direito de concessão	Softwares	Total
Custo de aquisição				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2023	1.632.296	90.813	2.961	1.726.070
Adições	4.312	11.172		15.484
Baixas	(11.007)			(11.007)
Transferências - ativos de contrato	571.480	4.782		576.262
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	2.197.081	106.767	2.961	2.306.809
Amortização acumulada				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2023	(614.982)	(31.495)	(2.898)	(649.375)
Amortização	(113.336)	(4.987)	(33)	(118.356)
Baixas	10.999			10.999
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	(717.319)	(36.482)	(2.931)	(756.732)
Valor contábil líquido	1.479.762	70.285	30	1.550.077
Custo de aquisição				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2024	2.197.081	106.767	2.961	2.306.809
Adições	5.847	27.600	4.096	37.543
Baixas	(519)			(519)
Transferências - ativos de contrato	99.672			99.672
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	2.302.081	134.367	7.057	2.443.505
Amortização acumulada				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2024	(717.319)	(36.482)	(2.931)	(756.732)
Amortização	(121.253)	(5.817)	(295)	(127.365)
Baixas	499			499
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	(838.073)	(42.299)	(3.226)	(883.598)
Valor contábil líquido	1.464.008	92.068	3.831	1.559.907
Vida útil (anos)	5 a 50	30 a 50	5	

13 Intangível

A Companhia mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização de prestação de serviços de tratamento e distribuição de água e esgotamento sanitário.

	2024	2023
Aquisição de infraestrutura	7.611	23.507
Serviços e materiais para operação	19.546	13.255
Retenções contratuais	5.541	6.773
	32.698	43.535

14 Empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento**14.1 Empréstimos e financiamentos****(a) Composição**

Modalidade	Encargos médios anuais	Vencimentos	"Custos de transação incorridos"	"Saldos dos custos a apropriar"	2024	2023
Estruturado	9,64%	dez/28 a dez/47	6.170	(4.046)	835.608	822.373
(-) Custo de transação					(4.046)	(3.796)
Total			6.170	(4.046)	831.562	818.577
Total de financiamentos de curto prazo					67.657	68.411
(-) Custo de transação					(476)	(389)
Circulante					67.181	68.022
Total de financiamentos de longo prazo					767.951	753.962
(-) Custo de transação					(3.570)	(3.407)
Não circulante					764.381	750.555
Total					831.562	818.577

(b) Movimentação

	2024	2023
Saldo no início do exercício		
(+) Adição de principal	818.577	706.635
(+) Adição de juros	73.950	152.843
(-) Amortização principal	79.224	80.502
(-) Amortização juros	(67.425)	(55.844)
(-) Adição de custo de transação	(72.514)	(65.939)
(+) Amortização de custo de transação	(682)	
Saldo no final do exercício	432	380
	831.562	818.577

(c) Prazo de Vencimento

O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	2024
2026	68.965
2027	82.662
2028	87.825
2029	83.628
2030	68.342
2031	72.553
2032	68.219
2033	42.649
2034	29.171
2035	21.639
2036 em diante	138.728
	764.381

(d) Garantias

A Companhia busca estruturar os financiamentos para realização de seus investimentos na modalidade de financiamento a projetos, visando uma adequada mitigação e alocação de riscos destes projetos, contando com o necessário suporte do acionista para a sua conclusão. Neste sentido, a composição das garantias concedidas aos financiamentos da Companhia é apresentada a seguir:

Classe de garantia	2024	2023
Garantia(s) do Acionista		6.689
Garantia(s) de projeto e Garantia(s) do Acionista	835.608	815.684
Total garantido	835.608	822.373
(-) Custos de transação	(4.046)	(3.796)
Total empréstimos e financiamentos	831.562	818.577

As garantias dos contratos de financiamentos estruturados são: (i) vinculação de receita e cessão dos direitos creditórios e emergentes oriundos da concessão; (ii) alienação fiduciária da totalidade das ações; (iii) garantia fidejussória da BRK Ambiental; (iv) suporte dos acionistas; e (v) nota promissória.

(e) Cláusulas contratuais restritivas - Covenants

A Companhia possui em seus contratos de empréstimos e financiamentos, cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais, incluindo covenants financeiros. A consequência pelo não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava adimplente com a exigência de cumprimento de cláusula restritiva.

14.2 Passivo de arrendamento**(a) Composição**

Modalidade	Vencimentos	2024	2023
Passivo de arrendamento	jan/2025 a dez/2041	97.203	77.977
Total		97.203	77.977
Circulante		16.083	12.152
Não circulante		81.120	65.825
Total		97.203	77.977

As principais classes de ativos nas quais a Companhia possui arrendamentos são: equipamentos de informática, imóveis e máquinas e equipamentos. A taxa de desconto utilizada nos arrendamentos é a taxa incremental. Essa taxa é fixa na data do contrato e permanece inalterada durante todo o prazo do arrendamento, as taxas utilizadas variam entre 9,64% e 19,56%.

(b) Movimentação

	2024	2023
Saldo no início do exercício	77.977	81.210
(+) Adição de principal	34.384	12.894
(-) Baixas	(875)	(5.997)
(+) Remensurações		5.892
(-) Amortização principal	(27.410)	(27.557)
(+) Amortização AVP	13.127	11.535
Saldo no final do exercício	97.203	77.977

(c) Prazo de Vencimento

O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	2024
2026	11.918
2027	10.874
2028	12.128
2029	8.642
2030	7.824
2031	8.781
2032	1.094
2033	1.308
2034	1.564
2035	1.870
2036 em diante	15.117
	81.120

15 Salários e Encargos

	2024	2023
Salários	3.351	3.284
Obrigações sociais	3.999	3.928
Provisão de férias	8.169	7.911
Benefícios	404	339
Participação sobre os lucros (i)	7.988	8.365
	23.911	23.827

(i) Refere-se à provisão na forma de Participação nos Lucros e/ou Resultados (Lei nº 10.101/2000) atreladas as metas individuais e metas corporativas, apurada de acordo com desempenho individual e do resultado da Companhia, sendo paga no exercício subsequente à aferição do resultado.

16 Provisões para riscos

As movimentações das provisões dos processos judiciais foram como segue:

	Reclamações cíveis	Riscos trabalhistas e previdenciárias"	Tributárias	Ambiental	Total
Em 01 de janeiro de 2024	6.383	474		1.188	8.045
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	6.642	1.115	50	2.419	10.226
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	(2.172)	(289)	(34)		(2.495)
(-) Pagamentos	(2.478)	(991)	(16)	(359)	(3.844)
Em 31 de dezembro de 2024	8.375	309		3.248	11.932

O cálculo da provisão para riscos foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza civil, trabalhistas, tributárias e ambiental, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais a Companhia é réu e para as quais a classificação de perda é mais provável, ou seja, acima de 50% de probabilidade de ocorrência.

(a) Processos com probabilidade de perda classificada como possível A Companhia está envolvida em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída.

Processos de natureza cível Referem-se aos processos administrativos e judiciais, indicados como reclamações cíveis, que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de relação de consumo e responsabilidade civil, questões imobiliárias e ações que discutem o cumprimento de obrigações regulatórias e contratuais no montante de R\$ 31.401 (2023 – R\$ 36.201), representado por diversos processos.

Processos de natureza trabalhista Referem-se aos processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista e previdenciárias. Estes processos versam, principalmente, sobre verbas trabalhistas alegadamente não adimplidas reclamadas por empregados próprios e terceirizados, que se encontram em diversas instâncias judiciais, no montante de R\$ 838 (2023 – R\$ 1.084), representado por diversos processos.

Processos de natureza tributária Referem-se aos processos administrativos e judiciais de natureza tributária. Estes processos versam, principalmente, à cobrança de tributos, questionadas em virtude da discordância quanto à autuação ou divergência de interpretação da legislação por parte da Companhia, no montante de R\$ 21.628 (2023 – R\$ 20.127), representado por diversos processos.

Processos de natureza ambiental Referem-se aos processos administrativos e judiciais que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento, além da aplicação de penalidades ambientais no montante de R\$ 71.214 (2023 – R\$ 59.965), representado substancialmente por autuações administrativas relacionadas a não cumprimento de termo de compromisso. A Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para defesa. Segue abaixo composição dos processos possíveis:

Natureza	2024
Reclamações cíveis	31.401
Riscos trabalhistas e previdenciários	838
"Riscos tributários"	21.628
Ambiental	71.214
Total	125.081

17 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Composição e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição no balanço patrimonial (não circulante)	2024	2023
Ativo diferido	37.226	40.431

Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme projeções elaboradas pela Administração da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir:

Ativo de imposto diferido	2024
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	3.082
	65.398
Expectativa de realização do ativo diferido é como segue:	68.480
2025	
2026	3.082
2027	5.770
2028	8.004
2029	5.184
2030	6.349
2031	7.377
2034	3.516
	29.198
	68.480
Passivo de imposto diferido	
Passivo de imposto diferido a ser liquidado em até 12 meses	
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	(2.097)
	(29.157)
	(31.254)
Expectativa de recuperação do passivo diferido é como segue:	
2025	
Demais anos	(2.097)
	(29.157)
	(31.254)
	37.226

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição. A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, levando em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	2023	Reconhecido na demonstração do resultado"	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido	Outros	2024
Ativo fiscal diferido					
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	45.846	(4.150)		(2.412)	39.284
Provisão	13.497	3.498			16.995
Receita e custo de construção concessões ativo intangível	8.690	(8.690)			
Lei 9656 - Obrigações com benefícios pós-emprego	8.376	1.035	(1.420)		7.991
Arrendamento - CPC 06 (R2)	14.154	(9.944)			4.210
Total ativo fiscal diferido	90.563	(18.251)	(1.420)	(2.412)	68.480
Compensação CPC 32	(50.132)			18.878	(31.254)
Total	40.431	(18.251)	(1.420)	16.466	37.226
	2023	Reconhecido na demonstração do resultado	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido	Outros	2024
Passivo fiscal diferido					
Receita e custo de construção concessões ativo intangível		8.784			8.784
Capitalização de juros e custo de transação	(21.163)	496			(20.667)
Valor justo de propriedade para investimento	(17.759)	(1.303)			(19.062)
Demais diferenças temporárias decorrentes lei 12.973	(309)				(309)
Arrendamento - CPC 06 (R2)	(10.901)	10.901			
Total passivo fiscal diferido	(50.132)	18.878	-	-	(31.254)
Compensação CPC 32	50.132			(18.878)	31.254
Total	40.431	627	(1.420)	(2.412)	37.226

(b) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia, antes do imposto de renda e contribuição social, diferem do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal, aplicáveis ao lucro como segue:

	2024	2023
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	44.581	30.125
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(15.158)	(10.243)
Outros		
Incentivos fiscais	6.443	364
Outros	6.172	(450)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.543)	(10.329)
Composição do IR e da CS:		
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.170)	(93)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	627	(10.236)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.543)	(10.329)
Alíquota efetiva	5,70%	34,29%

18 Transações com partes relacionadas

(a) As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	Taxa efetiva de juros anual	Vencimentos	"Ativo circulante"		"Passivo não circulante"		Resultado	
			2023	2024	2023	2024	2023	2024
Mútuo (i)								
BRK Ambiental	CDI + 1,70% a 4,77%	dez/2038	521.025		462.180		(65.391)	(69.600)
BRK NE/N/CO S.A.					49.507		(6.935)	(7.329)
Centro Norte Participações								(8.030)
			521.025	511.687			(72.326)	(84.959)
Demais partes relacionadas								
BRK Ambiental (ii)			234.758		97.070	(55.944)	(75.532)	(7.343)
BRK NE/N/CO S.A.					214.122			(5.529)
BRK Ambiental - Araguaia Saneamento S.A.			12					
			12	234.758	311.192	(55.944)	(75.532)	(7.343)
			12	755.783	822.879	(55.944)	(75.532)	(79.669)
								(90.488)

O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, é apurado de acordo com condições negociadas entre as partes, em conformidade com exigências legais e de acordo com as políticas internas.

(i) Os contratos de mútuos representam transações usuais e recorrentes, tais como coberturas de déficits operacionais de caixa, realização de investimentos e cumprimento de obrigações financeiras previstas nos contratos de financiamentos e debêntures da Companhia. As remunerações e vencimentos desses contratos são apresentados na tabela acima, e sua classificação entre circulante e não circulante considera o prazo de vencimento estabelecido em cada contrato, conforme critérios gerais previstos no CPC 26 (R2).

(ii) Refere-se, substancialmente, aos i) contratos de rateios para compartilhamento de despesas corporativas, estruturas técnicas de engenharia e respectivos gastos entre a Companhia e a controladora, sem encargos financeiros e vigência por período indeterminado; ii) contrato de repasse de garantias prestadas pela controladora em favor da Companhia, em razão de contratos de empréstimos e/ou financiamentos, com vigência por período indeterminado.

(b) Passivo de arrendamento partes relacionadas

O saldo de passivo de arrendamento apresentado, no passivo não circulante, contém transações com a parte relacionada Unidas Locações e Serviços S.A. ("Unidas"), referente a locação de veículos e equipamentos de linha amarela, utilizados em atividades operacionais com pagamento mensal no montante de R\$ 20.123 (2023 – R\$ 3.406), com vencimento em março de 2029. O contrato tem duração de 5 anos.

(c) Demais partes relacionadas

	2024	2023
Demais partes relacionadas - Grupo Brookfield		
Elera Comercializadora Ltda (i)	6.365	6.265
Ferrovias Norte Sul S.A.		29
	6.365	6.294

(i) Em 17 de junho de 2020, a Companhia assinou o contrato com a parte relacionada Elera Comercializadora Ltda ("Elera"), anteriormente denominada como Brookfield Energia Comercializadora Ltda, para fornecimento de energia elétrica com vencimento em 31 de dezembro de 2031.

(ii) Em 16 de setembro de 2020, a Companhia assinou o contrato com a parte relacionada Ferrovias Norte Sul S.A., para serviços de construção de direito de passagem subterrânea, com vencimento até o término do contrato de subconcessão.

19 Benefícios a empregados

	Nota explicativa	2024	2023
Passivo atuarial		19.1	23.502
Incentivos de longo prazo		19.2	685
		24.187	25.121

19 Passivo atuarial

Plano de assistência médica pós-emprego

	2024	2023
Taxa de desconto - taxa real (NTN-B)	7,49% a.a.	5,55% a.a.
Taxa de inflação	4,25% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de inflação médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Aumento por idade	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa estimada de permanência no plano	15%	15%
Rotatividade	0,60 (Tempo de serviço + 1)	0,60 (Tempo de serviço + 1)
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1944	RRB-1944
Idade para aposentadoria	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos

	2024	2023
Saldo no início do exercício	24.636	18.470
(+) Adição de principal	585	175
(+/-) Remensuração de perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes	(4.179)	3.974
(+) Movimentação societária (i)		
(+) Custo de transação		
Saldo no final do exercício	23.502	24.636

19.2 Incentivos de longo prazo

O programa de incentivo de longo prazo (Programa de Matching) refere-se à bonificação de diretores e/ou gerentes elegíveis pela liderança da Companhia e tem como principais premissas aumentar a capacidade de atração e retenção, além de estimular o comprometimento dos elegíveis com a estratégia da Companhia, alinhando os interesses e criando valor para o negócio. A duração do programa (ciclo) é de três anos com início em 2021 e com possibilidade de adesões anuais seguindo o ciclo do programa. Adicionalmente, o primeiro ciclo do programa referente a 2021 foi concluído em junho de 2024, conforme prazo inicialmente estabelecido. O Programa de Matching é facultativo e tem como base a aquisição de "ações virtuais" a partir do investimento pelos elegíveis, limitado a um percentual de sua Participação nos Lucros ou Resultados e/ou Bônus do último exercício que antecedeu o programa. Para as ações virtuais, adquiridas e mantidas por um período de três anos, a Companhia outorgará a mesma quantidade de ações virtuais adquiridas inicialmente, atualizadas pelo valuation da Companhia como referência. O resgate é integral e em dinheiro a título de bonificação, não sendo possível converter as ações virtuais em ações ordinárias ou preferências. Em 31 de dezembro de 2024, o valor do passivo de incentivos de longo prazo na Companhia está no montante de R\$ 685 (2023 – R\$ 485).

20 Patrimônio Líquido

(a) Capital social

	% de participação		Capital social		Quantidade de ações
	2024	2023	2024	2023	2023
Estado do Tocantins					
Centro Norte Participações S.A.	100,00	100,00	279.700	270.250	7.341.231
BRK Ambiental Participações S.A.					
			279.700	270.250	7.341.236

Em 30 de abril de 2024, conforme Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia aumentou o capital social, no montante de R\$ 9.450, com emissão de 203.420 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo totalmente subscritas e integralizadas pela Centro Norte Participações, mediante a capitalização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFAC"). Em 25 de julho de 2024, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Centro Norte Participações pela BRK Ambiental. Em decorrência disso, a Centro Norte Participações passa a ser extinta e a BRK Ambiental a sucessora legal em todos os direitos e obrigações, portanto considerando que o patrimônio líquido da incorporada já refletia no balanço social da incorporadora, não houve alteração no capital social, sendo assim a Companhia passa a ser controlada direta da BRK Ambiental.

A composição acionária da Companhia é demonstrada abaixo:

	Tipo de ações	Quantidade de ações
Estado do Tocantins	Golden Share	5
BRK Ambiental	ON	7.341.231

As ações preferenciais de classe especial – Golden Share conferem determinadas prerrogativas, eminentemente políticas, conforme previstas no Estatuto Social da Companhia. Dentre elas, destacam-se: direito de indicação de 1 membro titular do Conselho de Administração, direito de indicação do Diretor de Planejamento, direito de indicação de 1 membro titular do Conselho Fiscal e direito de veto de proteção, justificado, em algumas matérias.

(b) Reserva de capital

A reserva de capital é constituída pela reserva de ágio na emissão de ações pela alienação das concessões da ATS para o Estado do Tocantins, ocorrida em julho de 2010.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social, ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

(d) Reserva Incentivos fiscais

O valor correspondente ao incentivo SUDAM apurado a partir da vigência da Lei 11.638/07 foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual ab-sorção de prejuízos contábeis, no término do exercício social. O incentivo fiscal SUDAM, com validade até dezembro de 2031, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui benefício no montante de R\$ 6.880 (2023 – R\$ 675).

(e) Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, conforme faculta o artigo 202, parágrafo 3º da Lei 6.404/76.

(f) Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 30 de agosto de 2024, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o provisionamento de Juros sobre capital próprio aos acionistas, no montante de R\$ 4.000, o qual R\$ 2.000, foram pagos em 30 de setembro de 2024.

Em 30 de setembro de 2024, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o provisionamento de juros sobre capital próprio aos acionistas, no montante de R\$ 12.190, o qual foram pagos em 31 de outubro de 2024.

Em 29 de novembro e 20 de dezembro de 2024, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o pagamento de Juros sobre capital próprio aos acionistas, no montante de R\$ 1.221 e 1.068, o qual foram pagos em 27 de dezembro de 2024.

Nos termos do Estatuto Social, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício social, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação brasileira.

Em 31 de dezembro de 2024, a administração da Companhia propôs a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro após a constituição da reserva legal e reserva de incentivos fiscais, no valor de R\$ 8.433 (2023 – R\$ 4.641).

	2024
Lucro líquido do período	42.038
Reserva legal	(2.102)
Reserva de incentivos fiscais	(6.205)
Lucro ajustado	33.731
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(8.433)
Retenção de Lucros	25.298
Porcentagem dos dividendos propostos sobre lucro líquido do exercício, ajustado	-25%

(g) Ajuste de avaliação patrimonial

Propriedades para investimentos

Nos exercícios de 2013, 2014 e 2019, a Companhia registrou imóveis que não serão utilizados para fins operacionais como propriedades para investimentos. Como consequência dessa operação, a Companhia apurou um resultado por conta da avaliação a valor justo dos imóveis, registrados em outros resultados abrangentes.

Obrigações com benefícios pós-emprego

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi realizada a remensuração no montante de R\$ 2.759 (2023 – R\$ (2.623)), através de avaliação realizada por atuários independentes, com os valores registrados em outros resultados abrangentes e as despesas foram registradas como despesas financeiras e despesas de serviços.

(h) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Adicionalmente, a Companhia não mantém ações em tesouraria.

	2024	2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	42.038	19.796
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	7.230	4.917
Lucro básico por ação (em R\$)	5,81	4,03

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

21 Resultado do Exercício

(a) **Receitas** A reconciliação da receita bruta é a seguinte:

	2024	2023
Receita de água	566.382	530.956
Receita de esgoto	219.032	200.237
Receita de construção	107.495	382.883
Outros serviços	28	27
	892.937	1.114.103
Impostos e contribuições sobre serviços	(70.568)	(65.191)
Abatimentos e cancelamentos	(22.548)	(26.449)
	799.821	1.022.463

(b) **Despesas por natureza** A reconciliação da receita bruta é a seguinte:

	Nota explicativa	2024	2023
Classificadas por natureza:			
Custo de construção (i)		(105.345)	(375.225)
Pessoal:			
Remunerações		(63.460)	(59.993)
Encargos sociais e trabalhistas		(18.013)	(19.181)
Benefícios		(30.341)	(29.614)
		(111.814)	(108.788)
Materiais		(32.733)	(31.632)
Serviços:			
Aluguéis e condomínios		(2.955)	(1.613)
Energia elétrica		(36.363)	(31.214)
Manutenções		(6.376)	(4.087)
Auditorias, consultorias e assessorias		(12.376)	(8.578)
Serviços pessoa física e jurídica		(40.763)	(33.237)
Outros		(3.023)	(3.593)
		(101.856)	(82.322)
Tributos, taxas e contribuições		(6.483)	(8.116)
Partes relacionadas	14	(55.944)	(75.532)
Seguros		(1.266)	(1.014)
Depreciação e amortização		(146.779)	(138.397)
Viagens		(1.586)	(1.836)
Perdas de créditos esperadas		(15.531)	(10.540)
Outras		2.439	4.918
		(576.898)	(828.484)
Classificadas por função:			
Custo dos serviços prestados		(424.260)	(669.488)
Gerais e administrativas		(158.865)	(164.133)
Outras receitas		6.227	5.137
		(576.898)	(828.484)

O custo de construção é composto, basicamente, por serviços de terceiros, mão de obra, materiais e outros custos necessários para formação da infraestrutura do contrato.

(c) Resultado Financeiro

	Nota explicativa	2024	2023
Receitas financeiras:			
Rendimentos de aplicações financeiras		8.076	7.774
Juros sobre atraso de pagamento		7.752	6.865
Multa sobre atraso de pagamento		9.383	8.775
Outras		174	492
(-) Tributos sobre receitas financeiras (PIS e COFINS)		(1.179)	(1.109)
		24.206	22.797
Despesas financeiras:			
Juros e variações monetárias		(74.044)	(53.623)
Amortização do custo de transação		(432)	(380)
Partes relacionadas	14	(79.669)	(90.488)
AVP		(13.127)	(11.535)
Juros obrigações com benefícios pós emprego		(2.460)	(2.017)
Juros e multa sobre atraso de pagamento		(21)	(205)
Descontos concedidos		(24.045)	(19.048)
Outras		(8.750)	(9.355)
		(202.548)	(186.651)
Resultado financeiro, líquido		(178.342)	(163.854)

22 Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros e coberturas estabelecidas pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente à prestação de serviços, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, riscos operacionais e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos como segue:

Tipo de cobertura	2024	2023
Responsabilidade civil (i)	50.000	50.000
Risco de engenharia	107.089	544.017
Riscos operacionais (ii)	400.000	400.000
Veículos	250	250
Seguro garantia	237.350	30.735
Seguro aeronáutico (drone)	309	99
Risco ambiental (i)	130.000	130.000
	924.998	1.155.101

(i) A contratação do seguro é realizada em apólice única pela BRK Ambiental considerando os riscos de toda a sua operação no território nacional, o valor limite de cobertura é compartilhado por toda a operação podendo ser utilizado por uma ou mais empresas do grupo ao longo da vigência do contrato.

(ii) A contratação do seguro é realizada em apólice única pela BRK Ambiental considerando os valores de ativos do Grupo BRK, os quais são declarados individualmente na apólice, o risco é calculado com base na máxima exposição do Grupo BRK, em evento único, e o valor máximo indenizável é o montante declarado em ativos da respectiva empresa do grupo.

23 Operações que não afetaram caixa (demonstrações dos fluxos de caixa)

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

Ativos de contrato e Intangível	2024
Total de adições do ativo de contrato e do intangível (Notas 8 e 10)	135.709
Itens que não afetam caixa (ver composição a seguir)	8.430
Total das adições nos ativos de contrato e intangível conforme demonstração do fluxo de caixa	144.139
Transações de investimento e financiamentos que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa:	
Juros capitalizados no exercício	(5.316)
Fornecedores	15.896
Margem de construção do exercício	(2.150)
Total	8.430

24 Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2025, houve a celebração do primeiro aditivo ao contrato de concessão nº 051/2008 entre a Companhia e o Município de Carrasco Bonito – TO (“Município”), por meio do qual as partes: (i) a Companhia repassará ao Município a título de outorga o valor de R\$ 200; (ii) a meta de “Índice de Atendimento em Esgoto” será considerada cumprida, com o atingimento de 90% das economias atendidas com água até 31 de dezembro de 2033 e (iii) o contrato de concessão fica prorrogado por 11 anos adicionais, encerrando-se em 31 de dezembro de 2049.

Observações

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Hudson Souza Martins
Contador
CRC nº 1 SP 280390/O-2

Deloitte.

13 A 17 DE MAIO

Agrotins 2025 é oficialmente lançada com o tema "AgroEvolução"

PELA PRIMEIRA VEZ NA HISTÓRIA DA FEIRA, AS ANTIGAS RUAS DE TERRA TERÃO CALÇAMENTO DEFINITIVO.

A 25ª edição da Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins (Agrotins) foi oficialmente lançada nesta segunda-feira, 31 de março de 2025, no auditório do Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas.

Com o tema AgroEvolução, o evento destacou a inovação, tecnologia e modernização no setor agropecuário tocantinense, celebrando 25 anos de progressos e oportunidades.

A feira acontece de 13 a 17 de maio de 2025 no Parque Agrotecnológico Engenheiro Agrônomo Mauro Mendanha, reunindo expositores, especialistas e produtores rurais.

O lançamento apresentou as novidades da edição daquele ano e a relevância do evento para o agronegócio, tanto estadual quanto nacional. Autoridades, representantes do setor produtivo e a imprensa participaram desse momento importante.

Pela primeira vez na história, o parque da Agrotins teve calçamento definitivo nas ruas e avenidas



INVESTIMENTOS

O Parque Agrotecnológico Engenheiro Agrônomo Mauro Mendanha passou por a implantação de calçamento definitivo com blocos de concreto.

Pela primeira vez, as ruas de terra deram lugar a uma infraestrutura moderna e durável, garantindo conforto e acessibilidade aos visitantes e expositores. Essa melhoria foi uma promessa antiga e muito demandada pelos visitantes e expositores ao longo das 24 edições anteriores do evento.

O investimento de R\$

23 milhões, realizado pelo Governo do Tocantins por meio do Programa de Impulsão da Indústria, Comércio e Serviços (Pics), viabilizou uma série de melhorias no parque, incluindo na área destinada ao estacionamento dos veículos dos visitantes.

Além do calçamento com blocos de concreto, os investimentos do Governo Estadual também incluíram pavimentação, reestruturação de vias, criação de novos espaços, ampliação da iluminação, reforma de estacionamentos e construção de banheiros.

A Agrotins, considerada a maior feira de agrotecnologia da região Norte, teve um impacto econômico significativo para o Tocantins. Em 2024, o evento bateu um recorde histórico, com um volume de negócios que atingiu a marca de R\$ 4,24 bilhões.



Leia mais no QR CODE

EM PALMAS

Sessão na Câmara enaltece protetores e ativistas da causa animal

Em reconhecimento à dedicação de quem defende os direitos dos animais, a Câmara Municipal de Palmas (CMP) realizou, na última quinta-feira, 27, sessão solene em homenagem a protetores e ativistas da causa animal.

Proposto pela vereadora MaryCats (Podemos), o evento reforçou o compromisso do Legislativo municipal com os valores sociais e a proteção dos seres vivos, destacando a importância do trabalho desses voluntários na construção de uma sociedade mais consciente e compassiva.

Em seu discurso, a vereadora MaryCats reforçou a necessidade de união em prol da causa animal:

“Desejamos que toda a sociedade se una para transformar essa realidade. Os protetores vão além de seus limites, abrem mão de suas vidas para resgatar animais e não recuam diante dos obstáculos. Não queremos apenas homenagens, mas sim o engajamento de todos, pois



Sessão foi uma proposta da vereadora MaryCats da Causa Animal.

a demanda é imensa a todo o momento recebemos pedidos de ajuda e estamos sobrecarregados. Por isso, convocamos cada cidadão a colaborar com essa nobre causa”, afirmou.

A secretária municipal de Proteção e Bem-Estar Animal, Gabriela Siqueira Campos, destacou a conquista da criação da pasta e os desafios à frente. “Foi uma luta intensa, ao lado de muitas companheiras, para tornar realidade esse sonho. Estamos começando do zero, com idéias ambiciosas, mas cientes dos enormes obstáculos. É emocionante

estar aqui, representando todos que fizeram com que a causa animal ganhasse a relevância que merece. Na administração pública, tudo é lento e burocrático, mas já temos planejamentos em andamento. Nosso compromisso é transformar esta secretaria em uma ferramenta eficaz para proteger os animais e erradicar os maus-tratos de uma vez por todas”, garantiu.

Além da vereadora MaryCats e da secretária Gabriela Siqueira Campos, discursaram os vereadores Dr. Vinícius Pires (Republicanos), Dian Carlos (Solidariedade)

e Iolanda Castro (Republicanos), além do deputado estadual Júnior Gel (PSDB) e do federal Vicentinho Júnior (PP). Representando as instituições, falaram Meiriele Oliveira, secretária executiva do Comitê Pró-Animais, e o subinspetor Bernardo, da Guarda Metropolitana de Palmas, assim como o vereador Diego (MDB) de Araguaína.

Também usaram a tribuna as protetoras Luciele Oliveira, Marli Rodrigues Nery, Lilian Castilho, Ana Cláudia, Marilene Demétrio e Fabíola de Oliveira. (Paulo de Deus).



Formação: Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade Federal do Tocantins (2017)
Especialização: Design de Interiores, pelo Instituto de Pós-Graduação e Graduação (2020)
Experiência: Mais de 6 anos de atuação no mercado, transformando sonhos em espaços funcionais e únicos.

- Arquitetar vai muito além de construir espaços. É planejar sonhos, transformar ideias em realidade e moldar ambientes que refletem a essência de quem os habita. Assim como na vida, o ato de arquitetar exige visão, planejamento e estratégia. Saber o caminho correto, seja na criação de um projeto ou na realização de um objetivo, é o que diferencia o sucesso do acaso.
- Sou Thais Maciel, arquiteta, designer de interiores e tocantinense apaixonada pela arte de transformar espaços. Nesta coluna, convido você a explorar o universo da arquitetura de forma prática e inspiradora. Juntos, vamos descobrir como os ambientes impactam nosso dia a dia, como escolhas bem planejadas trazem benefícios duradouros e como pequenas mudanças podem fazer grandes transformações.
- Prepare-se para mudar sua visão sobre arquitetura. Aqui, cada quinzena, trarei dicas, tendências e reflexões que vão conectar beleza, funcionalidade e propósito à sua vida. Vamos arquitetar juntos?



Ajustar a iluminação conforme a função de cada ambiente pode trazer melhorias significativas para a sua qualidade de vida

Olá, queridos leitores!

Estava ansiosa para trazer este assunto para vocês!!!

Todos nós somos reféns da energia elétrica, não é mesmo?

Já não conseguimos imaginar a vida sem ela, pois é a responsável por alimentar a iluminação que nos permite enxergar com clareza, sem depender das velas, como antigamente, mas você sabia que a iluminação da sua casa pode influenciar diretamente na qualidade do seu sono e bem-estar?

Mais do que simplesmente clarear ambientes, a luz tem um impacto significativo no nosso ritmo biológico, afetando o ciclo circadiano e a produção de melatonina, o hormônio do sono.

A temperatura de cor da luz é um dos principais fatores que determinam seus efeitos no organismo, a mesma é medida em Kelvin (K), ela define se a luz é quente, neutra ou fria. Luzes quentes, com tons amarelados e alaranjados de até 3.500K, são ideais para ambientes de relaxamento, como quartos e salas de estar, elas ajudam a criar uma atmosfera aconchegante e a preparar o corpo para o descanso, já as luzes neutras, entre 3.500K e 5.500K, equilibram conforto e atenção, sendo bastante utilizadas em cozinhas e escritórios, por outro lado, luzes frias, acima de 5.500K, apresentam tonalidade azulada e estimulam a concentração, sendo comuns em hospitais, escritórios e locais que exigem maior estado de alerta.

A exposição excessiva à

luz fria durante a noite pode ser prejudicial ao sono, pois inibe a produção de melatonina e pode nos manter despertos por mais tempo, isso significa que aquela iluminação branca intensa no seu quarto ou sala pode estar sabotando seu descanso. Em contrapartida, luzes quentes e mais suaves ajudam na transição para o sono, criando um ambiente acolhedor e propício para relaxar.

Outro fator importante é a exposição às telas de televisão, celulares e computadores, esses dispositivos emitem uma grande quantidade de luz azul, que pode prejudicar ainda mais a regulação do sono. Por isso, passar horas na frente dessas telas antes de dormir pode ser um dos grandes vilões das noites mal dormidas, para minimizar esses efeitos, vale a pena reduzir o uso desses aparelhos pelo menos uma hora antes de deitar ou ativar modos de "luz noturna" que diminuem a intensidade da luz azul.

Ajustar a iluminação conforme a função de cada ambiente pode trazer melhorias significativas para a sua qualidade de vida, e o pequenas mudanças, como substituir lâmpadas frias por quentes nos espaços de descanso e evitar a exposição excessiva à luz azul à noite, fazem toda a diferença para um sono mais reparador. Você já avaliou se a iluminação da sua casa está ajudando ou prejudicando seu descanso?

Talvez seja a hora de repensar suas escolhas e experimentar noites mais tranquilas e revigorantes!



QUEDA DA PONTE JUSCELINO KUBITSCHEK

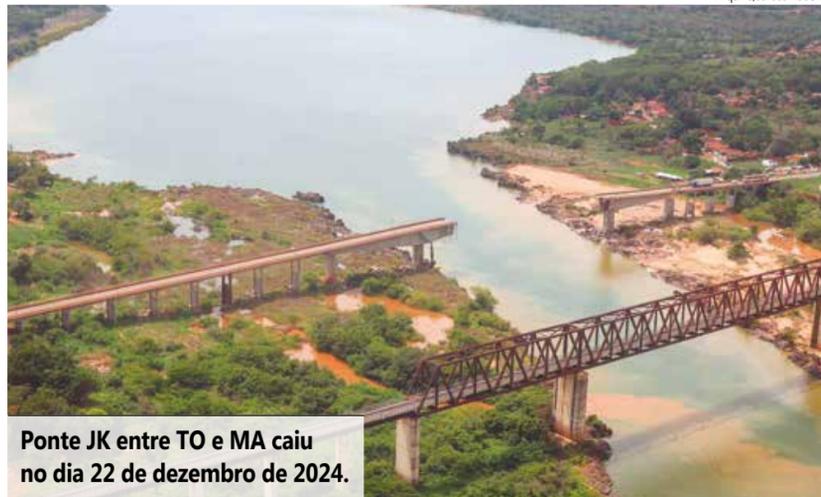
Afastamento de superintendente do DNIT é prorrogado por mais 60 dias

A TRAGÉDIA RESULTOU NA MORTE DE 14 PESSOAS, ENQUANTO TRÊS PERMANECEM DESAPARECIDAS.

O superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) no Tocantins, Renan Bezerra de Melo Pereira, teve seu afastamento prorrogado por mais 60 dias, de acordo com uma decisão publicada no Diário Oficial da União.

O afastamento, que já estava em vigor desde janeiro deste ano, ocorre no contexto das investigações sobre o trágico acidente envolvendo a queda da ponte Juscelino Kubitschek de Oliveira, que conecta as cidades de Estreito (MA) e Aguiarnópolis (TO).

A medida foi oficializada por meio de uma portaria datada de 17 de março e assinada pelo ministro dos Transportes, Renan Filho. Para assegurar o funcionamento do DNIT durante a ausência do superintendente, Flávio Ferrei-



Ponte JK entre TO e MA caiu no dia 22 de dezembro de 2024.

ra Assis assumirá a função de superintendente substituto.

A queda da ponte Juscelino Kubitschek, ocorrida em 22 de dezembro de 2024, foi um desastre de grandes

proporções. A tragédia resultou na morte de 14 pessoas, enquanto três permanecem desaparecidas.

Além disso, dez veículos, incluindo carros, motos e caminhões, caí-

ram no rio Tocantins, com destaque para dois caminhões que transportavam substâncias perigosas, como 76 toneladas de ácido sulfúrico e 22 mil litros de defensivos agrícolas.

Em resposta ao ocorrido, o DNIT planeja a construção de uma nova ponte, que será 100 metros mais longa que a anterior. Com 630 metros de comprimento, a nova estrutura terá um vão livre de 150 metros, o que, segundo a agência, proporcionará maior segurança e durabilidade. A previsão é de que as obras sejam finalizadas até 22 de dezembro deste ano.



Renan Bezerra de Melo Pereira (DNIT).

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA/TO AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO na forma PRESENCIAL SRP Nº 002/2025

Torna público a **REPUBLICAÇÃO** do aviso de licitação: **Objeto:** Registro de preços para futura e eventual aquisição de PNEUS NOVOS e derivados genuínos e/ou originais de primeira linha destinados a frota própria de veículos e maquinários da Prefeitura Municipal e Fundos Municipais de Meio Ambiente, de Saúde, de Educação e, de Assistência Social de Nova Olinda - TO. A republicação dar-se-á pela necessidade de alteração nos itens e valores da planilha orçamentária, a qual altera o quantitativo final e consequentemente as futuras propostas **Tipo:** Menor Preço **Julgamento:** Por Item. **Nova data Abertura:** 11/04/2025 às 13h30min (horário de local) Endereço para Informações: Av Goiás, nº 1284 - centro, nesta cidade. Telefone/FAX: 0** (63) 3452-1408 ou através do e-mail: licitacao@novaolinda.to.gov.br ou no site: www.novaolinda.to.gov.br/transparencia

Edileny Barroso da Silva
Pregoeira Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO

Prezados (as) Senhores (as):

NOME	CPF/CNPJ	CONTRATO	QUADRA	LOTE
DIEGO NODA ARANTES	000.279.571-01	1964	010	010

Por este edital, fica (m) NOTIFICADO (S) e CONVOCADO (S) a comparecer em nosso escritório, em dia útil, durante horário comercial, no prazo máximo de 15 dias, a contar da data desta publicação, para tratar de assuntos de seu (s) interesse (s), relativos ao contrato particular de compromisso de compra e venda de lote/terreno. Esta notificação e convocação tem o objetivo de cumprir o estabelecido nas cláusulas 15ª, 16ª e/ou 17ª, do contrato acima identificado.

RBV EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA (RESIDENCIAL JARDIM MADRI - LUZIMANGUES) CNPJ nº 15.048.477/0001-14, situado no escritório de representação localizado na Avenida LO-05, Quadra 206 Sul, conjunto 11, Lote 07-A, PALMAS-TO, CEP: 77.020-504, Em frente a Pamônia Paraiso.

Palmas - TO, 28 de março de 2025.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO

Prezados (as) Senhores (as):

NOME	CPF/CNPJ	CONTRATO	QUADRA	LOTE
DIEGO NODA ARANTES	000.279.571-01	5522	009	060
DIEGO NODA ARANTES	000.279.571-01	5527	023	056
JANAINE VIRGINIA NOLETO	001.792.331-06	25	020	048

Por este edital, fica (m) NOTIFICADO (S) e CONVOCADO (S) a comparecer em nosso escritório, em dia útil, durante horário comercial, no prazo máximo de 15 dias, a contar da data desta publicação, para tratar de assuntos de seu (s) interesse (s), relativos ao contrato particular de compromisso de compra e venda de lote/terreno. Esta notificação e convocação tem o objetivo de cumprir o estabelecido nas cláusulas 15ª, 16ª e/ou 17ª, do contrato acima identificado.

PR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA (JARDIM DO PORTO - LUZIMANGUES) CNPJ nº 11.917.132/0001-07, situado no escritório de representação localizado na Avenida LO-05, Quadra 206 Sul, conjunto 11, Lote 07-A, PALMAS-TO, CEP: 77.020-504, Em frente a Pamônia Paraiso.

Palmas - TO, 28 de março de 2025.

ESPAÇO **Kazara** EVENTOS

Instagram: @kazaraeventos

Reservas

WhatsApp: 63 98405-9340

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

AB

TOCANTINS

Nova identidade visual

JORNAL PRIMEIRA PÁGINA



40

ANOS

1985 | O REGIONAL ARAGUAÍNA - GO | 1989 | O REGIONAL MIRACEMA - TO | 1990 | O REGIONAL PALMAS - TO | 1994/2025 | PRIMEIRA PÁGINA PALMAS - TO

“Ao fundar o meu jornal em 10 de novembro de 1985 em Araguaína, no Norte de Goiás, eu não sabia que estava encontrando a minha razão de viver! Obrigada a Deus e ao povo do Tocantins!”

Sandra Miranda | Jornalista - Fundadora do Primeira Página



Acesse
nosso Site
jornalprimeirapaginato.com



Jaciara Barros

@jaciabarros

QUEM ACONTECE APARECE AQUI!

jaciara@primeirapagina-to.com.br
jaciara.barros@gmail.com



Divulgação

Destaque com emoção

A professora aposentada Maria de Fátima Carmo Coelho foi homenageada com grande carinho nesta quinta-feira, 27, pela Asscam, em solenidade no Centro de Convenções Arnaud Rodrigues, em Palmas. A honraria foi entregue pelo presidente da entidade, Miguel do Cajueiro, durante a abertura do 1º Encontro de Vereadores e Servidores de Câmaras Municipais do Tocantins. Um momento marcado por emoção, aplausos e reconhecimento à sua bela trajetória de dedicação ao serviço público.



Jacson Pino

15 anos

Foi com ares de conto de fadas que Maria Clara celebrou seus 15 anos em grande estilo no Prince Eventos Palmas, reunindo 170 convidados em uma noite mágica. Filha da promotora Flávia Rodrigues Cunha e do diretor Alberto Alves Cunha. A festa foi um espetáculo de bom gosto, com assinatura criativa de Stael Ribeiro, décor da Rodrigues Decoração e buffet Mumbuca. E para cada detalhe perfeito, o olhar sensível da cerimonialista Ivanilce Albuquerque.



Divulgação

Grupo Cura

Com o tema "SER – A Revolução do Eu", o 1º Workshop do Grupo Cura reuniu mulheres inspiradoras no espaço Sorelle. Moema Barros e Higor Lira emocionaram com palestras marcantes. O evento celebrou o Mês da Mulher com acolhimento, sabedoria e propósito. Uma noite de conexões, reflexões e celebração do feminino.



Divulgação

Arte

Érika Ávila em momento de pura inspiração no Inhotim, o maior museu a céu aberto de arte contemporânea da América Latina. Um encontro perfeito entre arte, natureza e sensibilidade.



Divulgação

Viagem

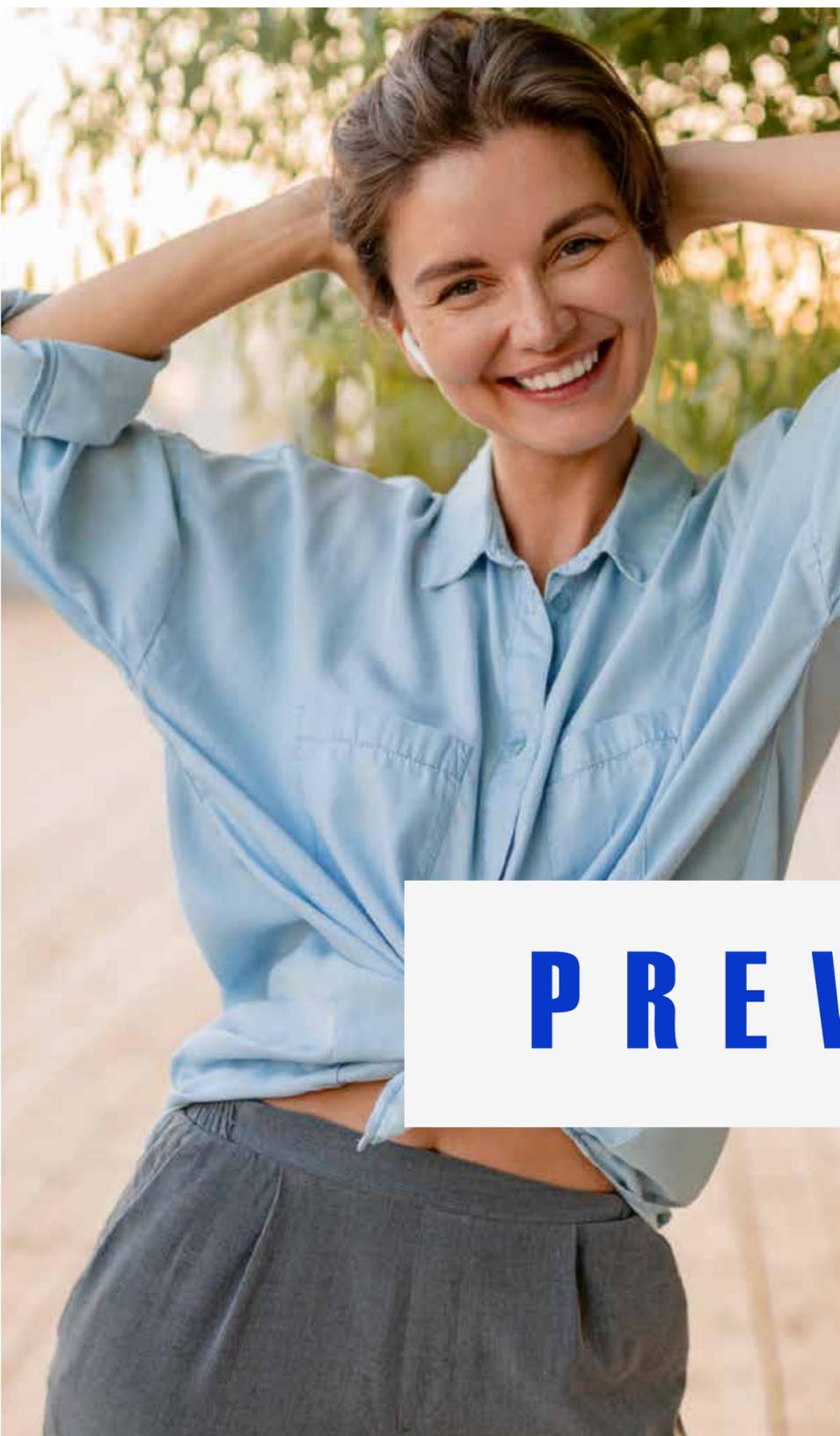
Cejane Borges e Cláudia Bonfim aproveitaram dias de pura descontração e beleza em Punta Cana, na República Dominicana. Amizade, charme e paisagens paradisíacas marcaram essa viagem especial.



Divulgação

Open House

A empresária Gleide Maia realizou, no dia 27 de março, um elegante Open House na 204 Sul, em Palmas. O evento apresentou um sobrado de alto padrão avaliado em R\$ 8 milhões. Convidados puderam conhecer de perto os detalhes do imóvel, marcado pelo luxo e sofisticação. Mais uma vez, a Maya Imobiliária se destacou no mercado de alto padrão da capital.



MÊS DE PREVENÇÃO DO
CÂNCER DE COLO - RRETAL

Prevenção é o ano todo.

PREVINA - SE



Acompanhe nossas redes sociais e mantenha-se informado.

f @ /farmaciasbiovida